

COLABORADORES

Adimar de Córdova
Angélica Costa Rafael Ávila
Bruna Camilo Rezende
Claudia Fernandes Teodoro
Cinara de Souza D’Espíndola
Cristiane Martins
Deise dos Santos Estevão
Francielle Barbosa Alfredo
Fernandes
Ingrid dos Santos Gorla
Jaciara Maria Pacheco
Ferreira
Juliana Leal Freitas
Juliana Lopes Goulart
Karine da Silva Marques
Karina Vieira Moniti
Fernandes
Karoline Corrêa Rosa

Kátia Aparecida Fernandes
de Souza
Karla Maysa da Silva
Almeida
Luzinete Jerônimo de
Queiroz
Marianne Barreto Guedes
Milene Aguiar Amorim
Silveira
Mirelli Candido da Silva
Monique de Farias Oliveira
Paola Santino da Luz
Raquel do Carmo
Bittencourt Motta
Rosana Corrêa
Rosane Farias Gonçalves
Viviane Patrício

IDENTIFICAÇÃO	5
INTRODUÇÃO	6
2. PANDEMIA	7
3. DIAGNÓSTICO	8
3.1 Ambiente Social, Cultural e Físico	8
3.2 História do Bairro	9
3.3 Localização Física da Escola	10
3.4 Situação Socioeconômica da Comunidade	11
3.5 População atendida pela Escola	15
4. CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE EDUCATIVA	17
4.1 Histórico da Escola	17
4.2 Situação Física da Escola	18
4.3 Planta Baixa da Escola	18
4.4 Adequação das Salas de Aulas e demais instalações	18
4.5 Recursos Humanos:	19
4.5.1 Profissionais do Quadro do Magistério Atuando na Escola no Ano de 2021:	19
4.6 Características dos Estudantes	20
4.7 Condições de Trabalho/Estudo dos Professores na Escola:	21
4.8 Condições de Trabalho dos Servidores da Escola:	21
4.9 Recursos Materiais Disponíveis e Adequação	22
4.10 Gerenciamento de Recursos Materiais e Financeiros.	23
5. BASES DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	23
5.1 Concepção de Sociedade	23
5.2 Concepção de Escola	24
5.3 Concepção de Infância e Concepção da Criança	24
6. PROPOSTA PEDAGÓGICA	26
6.1 Diretrizes	26
6.2 Dispositivos legais	27
6.3 Currículo	27

6.4 Formas de Registro	30
6.5 Avaliação	30
6.6 Formação continuada	31
6.7 Reunião Pedagógica	33
6.8 Projetos desenvolvidos pela Escola	33
6.9 Programas/Projetos a que a escola está vinculada	34
6.10 Inclusão	34
6.11 Educação para as Relações Étnico-Raciais	37
7. PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DA INSTITUIÇÃO	38
7.1 Prioridades	40
7.2 Objetivos	40
7.3 Metas	41
7.4 Previsão e Provisão de Recursos	41
8. AVALIAÇÃO DO PPP	42
9. APÊNDICES	43
9.1 Plano de Gestão da Direção	43
9.2 Dimensão Pedagógica	43
9.3 Dimensão Administrativa	47
9.4 Dimensão Financeira	48
9.5 Instrumentos de Avaliação e Registros	48
10. REGIMENTO INTERNO	49
10.1 Responsabilidade da família e da comunidade na unidade escolar	50
10.2 Responsabilidade do corpo docente e funcionários em geral.	52
REFERÊNCIAS	54

IDENTIFICAÇÃO

Nome da escola:

Centro de Educação Infantil Bairro Progresso

INEP:

42093465

CNPJ:

11.023.083./0001-50

Endereço:

Rua Santa Rita de Cássia S/N, Bairro Esperança, Laguna SC.

Telefone:

(48) 3647-3046

E-mail:

ceibairroprogresso@laguna.sc.gov.br

Redes Sociais da escola:

Facebook - CEI Bairro Progresso

Instagram - ceibairroprogresso

Modalidades de Ensino

Educação Infantil

Creche: 02 a 4 anos (integral/ matutino/ vespertino)

Pré-escolar: 4 a 6 anos (matutino e vespertino)

-2022-

1. INTRODUÇÃO

O presente documento contém o Projeto Político Pedagógico do Centro de Educação Infantil Bairro Progresso visando sistematizar de forma consciente e participativa o enfrentamento dos desafios do cotidiano escolar. O mesmo representa a construção coletiva na perspectiva que educar significa englobar situações de cuidados, aprendizagens e brincadeiras de forma integrada que possam contribuir para o desenvolvimento integral da criança.

Estabelece aqui um direcionamento para o funcionamento adequado desta instituição, buscando qualidade do ensino através de esforço coletivo e participativo.

É relevante enfatizar que este Projeto Político Pedagógico não é um documento finalizado e sim em constante reformulação, focando sempre nas reais necessidades das quais a escola está inserida, embasados na missão, visão e valores desta unidade escolar.

O Centro de Educação Infantil Bairro Progresso elaborou este Projeto Político Pedagógico através do resultado de uma experiência coletiva, na qual, construímos caminhos para colocar em prática nossos paradigmas educacionais em sintonia com a filosofia que rege a educação infantil visando o bem-estar da família e da comunidade.

Este documento tem como finalidade explicitar a proposta pedagógica desta instituição, expressando sua identidade, onde estão presentes seus objetivos e desejo de mudança, para uma vida digna e justa socialmente.

Constitui-se de um referencial teórico de apoio que revela a função social da escola a partir de sua linha filosófica e pedagógica e de uma análise da realidade escolar com estabelecimento de prioridades, definidas pelo corpo docente e administrativo, que orientará as mudanças que concluímos necessárias.

A proposta pedagógica do Centro de Educação Infantil Bairro Progresso foi elaborada a partir de encontros para discussões e debates que envolveram o corpo docente, gestão, coordenação pedagógica, pesquisas junto à comunidade, conforme previsto na Legislação Nacional: Lei de Diretrizes e Bases – LDB número 9394/96.

A metodologia de ensino adotada por esta instituição está baseada em uma proposta sociointeracionista, a qual coloca a criança no centro do processo de aquisição do conhecimento, tendo como objetivo principal a construção do saber a partir das relações com o outro, experimentando novas vivências e descobertas significativas.

Pretendemos fundamentar de maneira clara e objetiva a metodologia a qual o Centro de Educação Infantil Bairro Progresso segue, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos: físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e do meio onde convivem.

O Projeto Político pedagógico está embasado na busca e na construção de uma educação plena, com o envolvimento de educadores, pais, alunos e funcionários, pois sabemos que temos em nossas mãos cidadãos em formação e transformação, cabendo a nós garantir a qualidade dos serviços educacionais oferecidos às crianças.

2. PANDEMIA

O ano de 2020 (dois mil e vinte) foi completamente atípico para a educação e para diversos segmentos da sociedade. A pandemia do Covid-19 trouxe diversos desafios para os pais e professores. Considerando a necessidade de isolamento social como medida de enfrentamento ao Coronavírus e o consequente fechamento dos Centros de Educação Infantil, optou-se por estratégias alternativas de ensino. Continuamos o processo de aprendizagem através de aulas não presenciais que consistiam no envio de atividades diárias por meio de um grupo no aplicativo WhatsApp. As crianças que não possuem acesso à internet, recebem atividades impressas.

Nossas atividades foram planejadas com ludicidade e simplicidade. Sempre procurando a aprendizagem através do concreto e de objetos e materiais reutilizáveis. Nossa proposta consiste em envolver a criança em atividades interativas e flexíveis, e assim seguimos de março a dezembro de 2020.

No início de fevereiro do ano de 2021, tivemos o retorno das aulas gradativamente, com regras estabelecidas pelo Plano de Contingência da rede estadual de ensino de Santa Catarina.

Em 2022 iniciamos o ano letivo 100% presencial, com todos os cuidados vigentes no Plano de Contingência da rede estadual de ensino de Santa Catarina.

3. DIAGNÓSTICO

3.1 Ambiente Social, Cultural e Físico

Santo Antônio dos Anjos de Laguna foi fundada em 29 de julho de 1676, passando a condição de cidade com a denominação de Laguna, em 15 de abril de 1847.

Começou com o povo pré-histórico, colonização açoriana e resultou num belo conjunto arquitetônico tombado pelo patrimônio nacional. A cidade, além de belas praias, possui um dos maiores sítios arqueológicos de sambaquis da América. De acordo com levantamento do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (Iphan), o município conta com 43 sítios arqueológicos de artefatos do povo sambaqui (que em tupi-guarani quer dizer amontoado de conchas) e dos guaranis.

Nossa história apresenta também a jovem moça Anna Maria de Jesus Ribeiro, conhecida como Anita Garibaldi. Nascida em Laguna no dia 30 de agosto de 1821, filha de Bento Ribeiro da Silva e Maria Antônia de Jesus Antunes.

Nas margens da lagoa Santo Antônio, a Vila de Laguna, era movimentada por seu porto, responsável em abastecer outras vilas da região. Foi o porto de Laguna que viria em 1839 a transformar a pacata vila em cenário revolucionário.

Giuseppe Garibaldi, marinheiro, republicano e socialista, fugirá de Gênova em 1834, condenado à morte por participar de um motim em Piemonte, noroeste da Itália. Do Uruguai rumo à Laguna, para continuar a luta, antes passando pelo Rio Grande do Sul. Em Laguna, Anna passa a frequentar a casa de uma família na Barra, nas margens da lagoa Santo Antônio, seu tio era um farroupilha. Lá conheceu Giuseppe, o italiano que a apelidou de Anita, diminutivo do nome feminino na língua italiana. Desde então

viveram um romance e juntos participaram de várias batalhas. Anita morreu em 04 de agosto de 1849, na Itália.

3.2 História do Bairro

A antiga Roseta era uma pequena povoação bem próxima do centro da cidade de Laguna formada por núcleos residenciais conhecidos por Roseta, Pêra, Areal e Parque Industrial. A região era inicialmente cheia de combros de areia e, aos poucos, passou a ser urbanizada.

De acordo com Antônio Carlos Marega, historiador da cidade, a população não gostava do nome de Roseta, pois soava pejorativo. Achavam que este nome remetia negatividade, pois as rosas tem espinhos e roseta era uma plantinha bem pequena. Foi apresentado então a Lei n.8 de 16 de Maio de 1967 para troca de nome do bairro na gestão do prefeito Juaci Ungaretti.

Atualmente o bairro Progresso é muito importante para cidade de Laguna, pois é composto por empresas, supermercados e uma forte região de comércio.

A criação do Centro de Educação Infantil Bairro Progresso, foi em função para melhorias ao atendimento à comunidade, com serviços sociais, culturais e de lazer. Em 1980 foi criado então, a Unidade Operacional Casulo.

Atualmente o seu quadro de funcionários é composto por 01 Gestora, 01 Especialista em Assuntos Educacionais, 01 Supervisora, 19 Professores e 04 Auxiliar de Serviços Gerais.

A administração da escola compõe de uma gestora e uma supervisora de cargo comissionado, uma secretária efetiva (à disposição da Secretaria de Educação) e uma Especialista em Assuntos Educacionais de caráter efetivo, responsável pelo pedagógico educacional.

O trabalho desenvolvido é de forma democrática e o Projeto Político Pedagógico é entendido como ferramenta de construção de práticas educativas compartilhadas na escola. Para isso é preciso que todos os segmentos presentes no espaço escolar sejam autores da proposta, como uma ferramenta de descentralização e democratização da

gestão escolar, envolvendo o coletivo nos momentos de decisões que interferem na vida de todos os participantes da comunidade escolar.

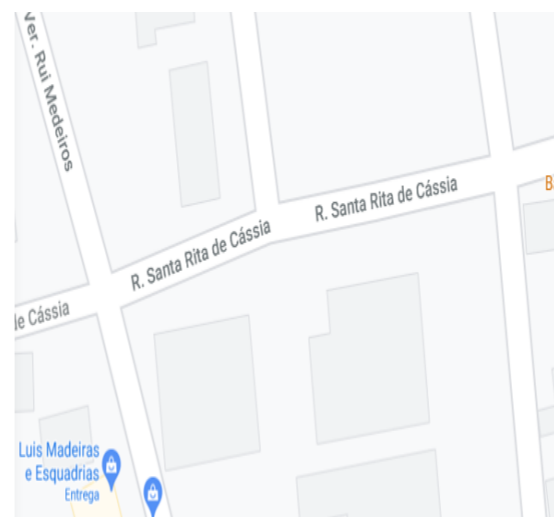
Os gestores devem garantir a participação, o envolvimento e a interação dos docentes, funcionários, alunos e a própria comunidade, pois uma escola democrática exige a prática do ouvir, do falar e do decidir coletivamente.

Paralelo a isso, acontecem reuniões de trabalho junto à equipe pedagógica, a fim de um planejamento mais sistemático das ações de sala de aula, bem como dos projetos.

O professor tem direito a hora atividade, onde é realizado na segunda semana do mês, com a realização da formação continuada previsto para todo ano letivo de 2022, as quais farão abordagens teóricas e práticas, com socialização de projetos e ações promovidas em todas Instituições de Ensino Municipal.

3.3 Localização Física da Escola

Nossa escola localiza-se na R. Santa Rita de Cássia, bairro Esperança S/N, CEP 88790-000, situada na área urbana norte da cidade de Laguna - SC. O bairro está localizado aproximadamente 2,4 km do centro da cidade.



3.4 Situação Socioeconômica da Comunidade

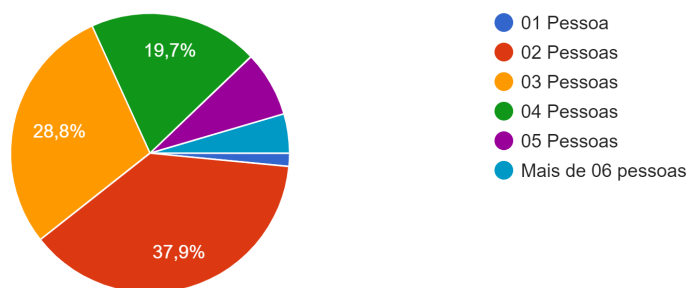
Para atualizarmos as informações sobre os estudantes atendidos pela escola em 2022, foi realizado um formulário socioeconômico e educacional online, preenchido pelas famílias no início do ano.

Atualmente são 80 famílias atendidas em nossa unidade escolar, somente 66 responderam o formulário, na qual, 13,6% têm renda familiar de até 1 (um) salário mínimo; 43,9% têm renda familiar de até 2 (dois) salários mínimos; 10,6% têm renda familiar de 2 (dois) a 3 (três) salários mínimos, e 24,2% possuem renda acima de 3 salários mínimos. Esses dados indicam que a maioria das famílias têm renda média baixa.

Das 66 famílias, 15,2% são beneficiários de algum programa social, já as demais famílias informaram não receber nenhum tipo de benefício.

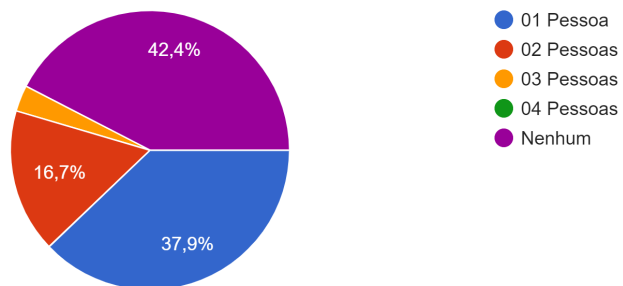
Quanto ao grau de escolaridade das famílias dos nossos alunos, a maior incidência é de pais e mães com ensino fundamental completo, em seguida ensino superior completo, menos da metade com ensino médio, fundamental e ensino superior incompleto, e uma minoria de pais não possuem escolaridade.

Quantas pessoas residem com o aluno?
66 respostas



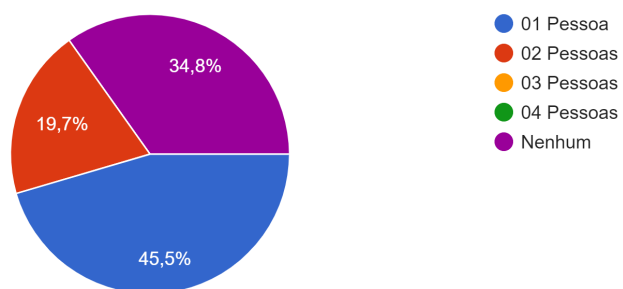
Quantas pessoas que residem com o aluno, trabalham de carteira assinada ou contrato de trabalho?

66 respostas



Quantas pessoas que residem com o aluno, trabalham como autônomo (trabalho informal)

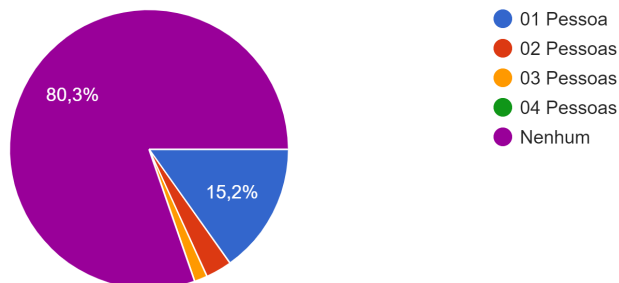
66 respostas



Quantas pessoas que residem com o aluno, recebem algum tipo de benefício social?

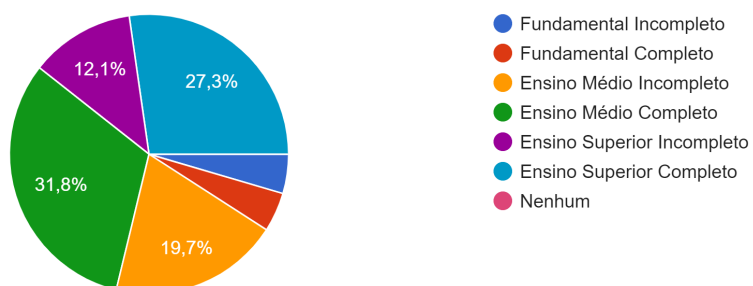
INSS/LOAS/BPC/Bolsa Família

66 respostas



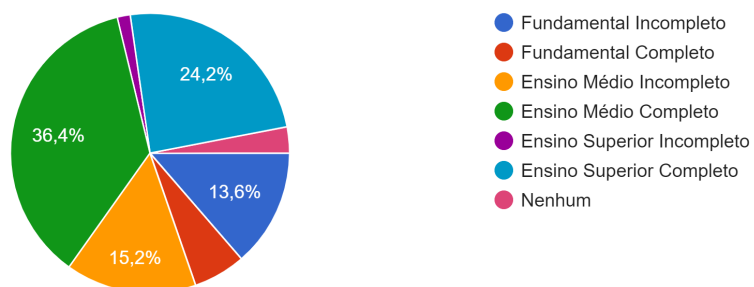
Grau de escolaridade da mãe do aluno:

66 respostas



Grau de escolaridade do pai do aluno:

66 respostas



3.5 População atendida pela Escola

A escola atende cerca de 76 estudantes: do Maternal I ao Pré II nos turnos matutino, vespertino e integral. Sendo que para ingressar no maternal I, a criança deve ter dois anos completos até o dia 31 de março do respectivo ano letivo, respeitando sempre a data de corte, conforme a Resolução nº 01, de 02 de junho de 2016, que normatiza a idade correta para ingresso.

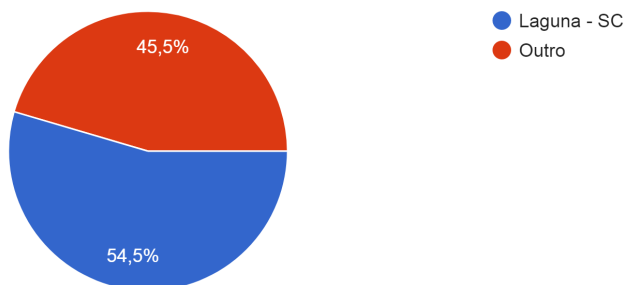
Com relação à origem dos pais dos estudantes que frequentam o Centro de Educação Infantil Bairro Progresso, em maioria as mães e os pais são naturais de Laguna, uma menor parte nasceram em outros municípios, e outros responsáveis legais os quais não foram mencionados anteriormente, em sua maioria também são natural de Laguna e a minoria nasceu em outros municípios.

O principal meio de transporte utilizado pelas famílias para se deslocar de suas residências até a nossa unidade de ensino utilizam-se de carros, motos, ônibus ou bicicletas, e a minoria utiliza outro tipo de meio de transporte.

Conforme a pesquisa, das famílias que responderam o formulário, todos os nossos alunos residem com as mães, mais da metade junto aos pais, metade com os irmãos, e um menor número vivem com tios, avós e avôs maternos e 1,5% com outros responsáveis legais que não foram citados anteriormente.

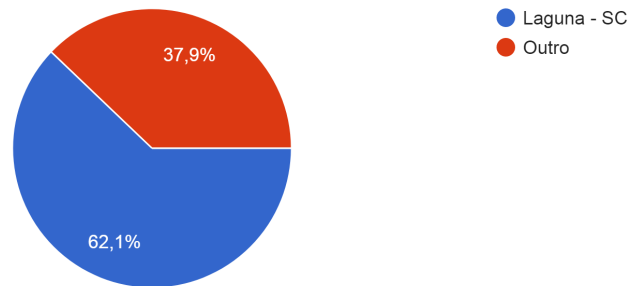
Local de nascimento da pai do aluno:

66 respostas



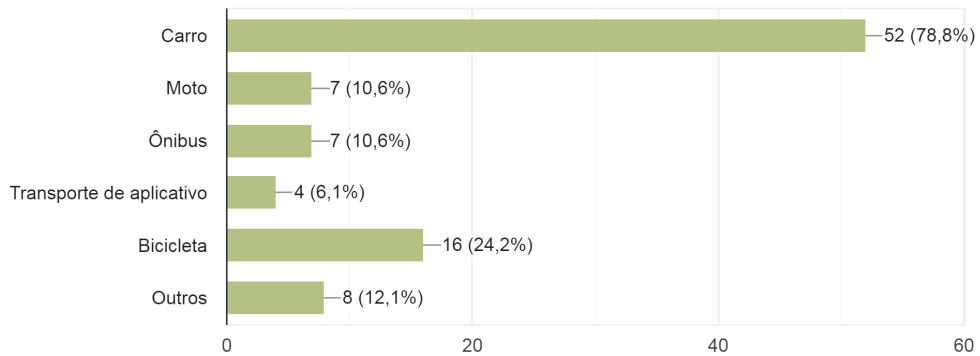
Local de nascimento do responsável pelo aluno, caso o responsável seja outra pessoa da família que não seja o pai e a mãe

66 respostas



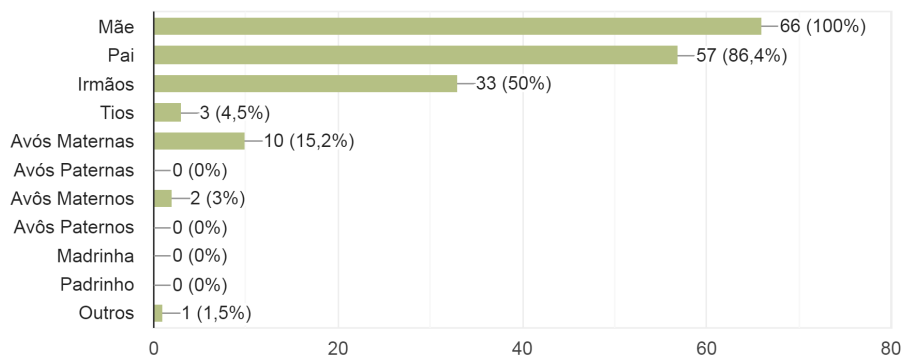
Qual o principal meio de transporte utilizado pela família: (Você pode escolher mais de uma opção).

66 respostas



Com quais pessoas o aluno mora: (Marque todas as alternativas correspondentes, pode escolher várias respostas nessa alternativa).

66 respostas



4. CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE EDUCATIVA

4.1 Histórico da Escola

O Centro de Educação Infantil Bairro Progresso foi criado em função de ampliar o atendimento à comunidade do Bairro, sendo que anterior a sua fundação, no espaço do Centro Social Urbano, já eram prestados serviços sociais de clubes de mães, atividades culturais e de lazer, faltando apenas para completar, uma creche que atendesse as necessidades da comunidade, haja vista que o espaço físico já existia. Mesmo possuindo duas creches nos arredores, não supria a demanda, confirmando assim, a instalação de uma terceira.

Em 1980 a proposta se concretizou, passando a existir nas dependências do Centro Social Urbano a Unidade Operacional Casulo, que desde sua fundação foi mantida pelo Governo do Estado de Santa Catarina.

Em março de 1979, foi inaugurado o Centro Social Urbano na Gestão do Prefeito José Fernandes Martins, localizado na rua Tiradentes, 134, Bairro Progresso, Laguna/SC, sendo fundado um ano depois O Centro Operacional Casulo referenciado pela Resolução 004/99/CEE que estabelece: § 2º As instituições de educação infantil que mantém, simultaneamente, o atendimento a crianças de zero a três anos em creche e de quatro a seis anos em pré-escola, constituir-se-ão como Centro de Educação Infantil.

A partir dessa resolução foi estabelecida uma reunião na data de 02 de abril de 2001, onde a Unidade Operacional Casulo (código 093467) passou a chamar-se Centro de Educação Infantil Bairro Progresso.

Desde sua fundação foi mantida pelo Governo do Estado de Santa Catarina e em meados do ano de 2006, o município de Laguna passou a assumir as responsabilidades operacionais da instituição.

Conforme informações, em 2013, em consonância com o Governador do Estado, o Centro de Educação Infantil Bairro Progresso passou a integrar legalmente ao Sistema de Educação da Prefeitura Municipal de Laguna.

O Centro de Educação Infantil Bairro Progresso que sempre teve suas instalações nas dependências do Centro Social Urbano, 2014 esteve em outro espaço físico, devido a problemas de estrutura física, começou a funcionar em um casa localizada na Rua Lauro Carneiro, S/N, Bairro Esperança, Laguna/SC. No ano seguinte, em 2015, a instituição de ensino foi para outra locação, situado na Rua Santa Rita de Cássia, S/N, Bairro Esperança, Laguna/SC, onde atualmente tem a capacidade de atender no período matutino e vespertino em torno de 108 crianças de 02 a 06 anos.

4.2 Situação Física da Escola

As instalações físicas do Centro de Educação Infantil Bairro Progresso foram adaptadas ao fim a que se destina. O imóvel é alugado e amplo, apresenta condições adequadas de localização, acesso, segurança, salubridade, iluminação, saneamento e higiene, com espaços destinados exclusivamente ao uso das crianças e dos funcionários. Nele encontramos: 06 salas de aula sendo quatro com banheiro; 01 brinquedoteca com banheiro; 01 sala de funcionários e uma sala de apoio pedagógico; 01 sala para depósito de materiais; 1 sala de educação física com banheiro interno; 01 sala de direção; 01 cozinha com despensa; 01 refeitório; 02 banheiros sendo um para funcionários e um para alunos; 01 espaço de recreação livre em área descoberta; 01 parque e 01 área verde.

4.3 Planta Baixa da Escola

A Planta baixa da nossa instituição está em desenvolvimento pela Secretaria de Planejamento do município de Laguna.

4.4 Adequação das Salas de Aulas e demais instalações

A escola é uma das nossas moradas e deve ser pensada como o local que acolhe as crianças e suas famílias, como também a todos os funcionários.

O espaço físico da escola é um espaço pedagógico e precisa ser acolhedor para tornar mais prazeroso o trabalho realizado.

Idealizamos num futuro próximo duas salas ambientalizadas: uma pensada para encontros, planejamentos e reuniões, a segunda sala seria específica para os funcionários com o propósito de descanso e reflexão mais sólidas e bons relacionamentos entre o grupo.

Uma instituição saudável é um local que valoriza a criança, pai, mãe, professor ou qualquer funcionário que nela esteja inserido.

4.5 Recursos Humanos:

4.5.1 Profissionais do Quadro do Magistério Atuando na Escola no Ano de 2021:

DIREÇÃO

01 Diretor geral - 40 horas

01 Supervisor - 40 horas

Equipe Pedagógica

01 Especialista em Assuntos Educacionais- efetiva – 40 horas

Professores Efetivos

05 Professores- efetivos- 40 horas

01 Professor -efetivo -10 horas

Professores Substitutos

06 Professores ACT-40 horas

01 Professores ACT- 20 horas

Professor Auxiliar

03 Professor - ACT - 20 horas

Professores Substitutos / Hora-atividade

01 Professor – H.A. auxiliar- ACT - 10 horas

01 Professor - H.A. auxiliar - ACT - 20 horas

01 Professor - H.A. - ACT - 30 horas

Educação Física

01 Professor efetivo - 03 horas/aula

01 Professor substituto -ACT 10 horas

Servidores

01 ASG efetiva - cozinha 06 horas

01 ASG efetiva - limpeza 08 horas

02 ASG - ACT 08 horas

4.6 Características dos Estudantes

MATERNAL I: 11 estudantes

MATERNAL IA: 01 estudante (em formação)

MATERNAL II: 11 estudantes

MATERNAL IIA: 10 estudantes

PRÉ I: 10 estudantes

PRÉ IA: 14 estudantes

PRÉ II: 04 estudantes

PRÉ IIA: 19 estudantes

Total de Alunos: 78 estudantes

4.7 Condições de Trabalho/Estudo dos Professores na Escola:

A conquista da hora atividade dos professores possibilitou melhores condições de trabalho. Porém, ainda é necessário fazer uma análise de como essa condição possibilitou melhores resultados na aprendizagem dos estudantes. Outra questão preocupante é o grande número de professores substitutos, dificultando o estabelecimento de vínculos mais consistentes com a comunidade escolar e a formação de um grupo permanente que compartilhe do Projeto Política Pedagógica.

Necessitamos de um espaço mais adequado, para o desenvolvimento das reflexões sobre as atividades pedagógicas, que funcione como um espaço individual também para o atendimento das crianças e de suas famílias, professores e funcionários.

Atualmente a escola dispõe de uma única sala que atende minimamente às necessidades diárias, sendo utilizada ao mesmo tempo para vários fins, assim dificultando uma relação mais próxima e privativa com a clientela escolar, sendo que as interrupções dispersam nos estudos sobre o planejamento pedagógico.

4.8 Condições de Trabalho dos Servidores da Escola:

A escola, no seu PPP e na sua história, tem buscado integrar esses profissionais na dinâmica pedagógica e administrativa a todo tempo. Eles são extremamente imprescindíveis para o funcionamento correto e pleno da instituição.

Atualmente, o número de Auxiliares de Serviços Gerais atendem a demanda da escola, sendo 02 destinado a cozinha e 02 a limpeza, com carga horária de 06 e 08 horas.

Todos os servidores compartilham do mesmo ambiente para descanso, sendo essa a sala dos funcionários, assim como dividem do mesmo banheiro. Todos os servidores com carga horária de 06 horas possuem o direito de 15 minutos de intervalo e os de 08 horas de uma hora de almoço.

4.9 Recursos Materiais Disponíveis e Adequação

No ano de 2019 recebemos da Prefeitura Municipal de Laguna 03 novos computadores, sendo que na época estávamos sem nenhum. Desses 02 computadores, 01 foi destinado para uso exclusivo da direção e o outro ficou à disposição dos professores. No ano de 2021 os 03 computadores apresentaram problemas, onde foi encaminhado ao departamento de informática da Prefeitura para conserto e retornaram no final do ano letivo. Neste mesmo ano recebemos mais um computador da Secretaria de Educação, o qual apresentou problemas após a instalação, após notificada, a secretaria enviou outro aparelho que está em bom funcionamento, e solicitou o encaminhamento deste ao departamento de informática.

A escola também possui acesso à internet, uma TV , impressora (locada pela prefeitura), aparelho de som e um aparelho de DVD. Em relação a materiais de uso contínuo como papel, lápis, cola, materiais de escritório, entre outros, fica a responsabilidade em ser cedido pela Secretaria de Educação e Esporte. Conforme a necessidade, solicitamos determinados materiais pelo dispositivo drive da secretária.. Porém, precisamos de muitas outras adequações como, por exemplo, a colocação de novas cortinas em quase todas as salas, grades de proteção, troca da rede elétrica, trocadores, armários para as salas de aulas, direção e sala dos professores, e a aquisição de novos brinquedos com fins pedagógicos. É necessário fazer uma adequação também na cozinha, refeitório e banheiros.

]

4.10 Gerenciamento de Recursos Materiais e Financeiros.

A responsável pela manutenção financeira da escola é a Prefeitura Municipal de Laguna. A escola recebe também anualmente um recurso que vem do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), o qual vem sendo destinado a uso exclusivo do estudante, já que o valor vem de acordo com o número de estudantes da escola; e do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), com o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que tem por finalidade prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, onde engloba várias ações e objetiva a melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas.

1. BASES DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

5.1 Concepção de Sociedade

A sociedade é mediadora do saber e da educação, e tem como fundamento buscar o desenvolvimento através do trabalho concreto do ser humano, por isso, devemos estar sempre criando novas possibilidades de cultura e do agir social. Conforme mencionada em Pinto (1994, p.59)

A sociedade configura as experiências individuais do homem, transmite-lhe resumidamente todos os conhecimentos adquiridos no passado do grupo e recolhe as contribuições que o poder de cada indivíduo engendra que oferece a sua comunidade. Nesse sentido a sociedade cria o homem para si.

No entanto, a sociedade inserida dentro da instituição de ensino, possui o intuito de desenvolver a função social educativa, preparando a criança para o mundo adulto e suas contradições, com o propósito da conquista por direitos estabelecidos, com início na fase da educação infantil.

Portanto, queremos uma sociedade mais justa, humana, fraterna e democrática. Sendo assim, a criança desde cedo começa a conhecer o mundo em sua volta e precisa de oportunidades para o seu desenvolvimento, e por isso tem que haver a reflexão da

escola e sociedade para melhores conquistas, buscando sempre o aperfeiçoamento dentro da instituição.

5.2 Concepção de Escola

Conhecer as concepções de educação básica formuladas e os sentidos assumidos, no emprego da palavra e suas representações, é essencial para que sejam revelados os sujeitos e direitos a quem se referem. Através de sua análise evidencia-se as relações de poder estabelecidas entre seus “autores e leitores”, isto é, gestores, redatores, formuladores e implementadores de políticas, e a quem elas estão direcionadas.

É evidenciado: “será necessária a participação de todos os que queiram se pronunciar sobre qual é a melhor formação de nossos jovens” (Brasil, 2015, pg.2). Ao longo da descrição de seus princípios há uma diferenciação dos sujeitos da educação, sendo referenciados pelas características dos estudantes em cada etapa da educação básica, suas experiências e contextos de atuação na vida social”. (Brasil, 2015 p.16), ou em relação aos estágios de desenvolvimento (crianças, jovens e adultos).

Para Torres (1944) a articulação entre o saber elaborado e o saber comum é complexa, de modo que a legitimação não acontece apenas no campo do currículo, mas socialmente.

5.3 Concepção de Infância e Concepção da Criança

O conceito de infância foi mudado de acordo com o passar dos anos. A partir do século XVIII as crianças passaram a ser percebidas ganhando mais espaços na sociedade e adquirindo direitos. Onde surgiram as primeiras instituições escolares, havendo assim a divisão, separando os adultos e as crianças.

Com o passar do tempo através de pesquisas viu-se que a criança foi ganhando mais espaço e sendo reconhecida como sujeito, não objeto. Passando a ser tratada como “ser” capaz de adquirir conhecimentos, fazer suas escolhas.

Hoje vimos a infância como um leque de sentimentos, buscando pelo novo, explorando espaços, a busca pelo lúdico, pela alegria, pelo afeto e pela investigação. Assim se dá a infância nos dias de hoje.

De acordo com o Currículo Base o conceito de infância foi construído socialmente e não é inerente ao sujeito criança, acompanha as mudanças ocorridas nos diversos contextos sociais, onde não há padrões específicos que normatizam uma única maneira de se viver a infância (SARMENTO, 2001). Indica-se a especificidade histórica nesse fenômeno, com o preceito legal contido na Constituição Federal (1988) que dimensiona a infância no âmbito da cidadania, tratando-a como uma categoria social (BRASIL, 1988). No Currículo Base do Território Catarinense, a infância é compreendida como categoria social e histórica, de modo que sejam respeitadas e valorizadas as diversas formas de viver a infância, bem como de pensar, de conviver, de sentir e de se expressar. Assim, cabe ao Projeto Político Pedagógico das instituições de Educação Infantil, em consonância com as Diretrizes Curriculares Municipais, construir as significações fundamentadas no encontro com a infância, considerando os saberes das crianças e assegurando os seus direitos.

A Concepção de Criança na Base Nacional Comum Curricular (2017) traduz a criança como um ser que “[...] observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamentos e assimila valores e que constrói conhecimentos e se apropria do conhecimento sistematizado por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social” (BRASIL, 2017, p. 36). Sob esta óptica, a criança é compreendida como sujeito histórico, de direitos, reprodutor e produtor de cultura, cuja identidade pessoal e coletiva constitui-se pelas vivências no contexto social, por meio de experiências qualificadas no brincar, no fantasiar, no explorar, no questionar, construindo sentidos sobre a natureza e a sociedade (BRASIL, 2009a). Reconhecer essa criança real, pensante, cidadã do presente, distante de concepções pautadas no “vir-a-ser”, garantem espaços de protagonismo infantil e imersão em ambientes educativos em que a expressão, o afeto, a socialização, o brincar, a linguagem, o movimento, a fantasia e o imaginário conduzem os processos de aprendizagem e desenvolvimento, bem como toda prática pedagógica (FINCO, 2015). Há de assegurar-se que as crianças catarinenses tenham a oportunidade de acesso à Educação Infantil de qualidade, em que os direitos de brincar, expressar-se,

comunicar-se, conviver, participar e explorar (BRASIL, 2017) sejam garantidos e, acima de tudo, que os direitos de SER CRIANÇA e de viver suas infâncias com dignidade sejam respeitados. Reconhece-se que, nas interações e nas brincadeiras, cada criança apresenta seu ritmo e sua forma particular de relacionar-se consigo, com o outro e com o contexto, de forma a manifestar suas emoções e curiosidades, elaborar um modo próprio de agir nas diversas situações que vivenciam (BRASIL, 2009).

2. PROPOSTA PEDAGÓGICA

A Proposta pedagógica é um elemento articulador para uma educação humana, cidadã e emancipadora, revela diferentes formas, técnicas, instrumentos e procedimentos de se manejar os desafios do conhecimento e do saber escolar, conferindo-lhe sentido ético e solidário à vida daqueles que fazem da escola um espaço de encontro e crescimento das pessoas.

6.1 Diretrizes

O Centro de Educação Infantil Bairro Progresso, ao ter claras suas intenções, construiu uma proposta pedagógica onde as atividades são planejadas através de projetos.

A metodologia de ensino está baseada na proposta sociointeracionista, ou seja, o objetivo é levar a criança a explorar e descobrir todas as potencialidades do seu corpo, dos objetos, das relações, do espaço e através disso, desenvolver a sua capacidade de observar, descobrir e pensar. Para Vygotsky, teórico que fundamenta o sócio interacionismo, a vivência em sociedade é essencial para a transformação do homem biológico em ser humano. É pela aprendizagem nas relações com os outros que construímos os conhecimentos que permitem nosso desenvolvimento mental, onde aprender é construir significados e ensinar é oportunizar essa construção.

Acredita-se que essa é a grande tarefa dos educadores na atualidade: desenvolver as potencialidades das crianças, tomando como ponto de partida o respeito por suas necessidades especiais e seus saberes construídos, estimulando seu pensamento e

raciocínio para que possa transferir aprendizagens de uma situação a outra, usando os conhecimentos em vários contextos.

6.2 Dispositivos legais

A proposta pedagógica do Centro de Educação Infantil Bairro Progresso fundamenta-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96, na Constituição Brasileira, no Estatuto da Criança e do Adolescente, o disposto no Referencial Curricular Nacional – RCN e nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN e na BNCC.

O Centro de Educação Infantil Bairro Progresso formula seu Projeto Pedagógico voltado às necessidades básicas de educação e socialização, buscando cumprir sua função principal que é oferecer igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

6.3 Currículo

O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade (Art. 3º Parecer CNE/CEB n. 20/09).

A Proposta Curricular deste Centro procura assegurar a formação básica comum, respeitando as diretrizes curriculares nacionais onde estabelece que as propostas pedagógicas devem respeitar os seguintes princípios: I – Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.

As atividades são planejadas através de estudos e pesquisas na BNCC, currículo base do território catarinense, LDB, referencial curricular nacional e plano municipal de educação. Partindo desse estudo são elencadas temáticas de acordo com os objetivos de aprendizagem dos bebês, das crianças bem pequenas e das crianças pequenas.

Para tanto nos valemos também de rotinas diárias (rodas de conversa, musicalização, contação coletiva de histórias, parque, sala de vídeo, brinquedoteca), saídas de campo, feira de trabalhos infantis, campanhas de solidariedade, exposições e tudo mais que for necessário para que criança tenha a oportunidade de vivenciar as temáticas abordadas no cotidiano escolar.

O importante é perceber que uma história, um filme, um brinquedo, um desenho, um livro, um jogo, uma cor ou mesmo um objeto de arte, pode levar indivíduos de qualquer idade a vivências significativas e importantes para a sua existência.

Na concepção da Base Nacional Comum Curricular Educação Infantil, considerando os seis direitos da criança (conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se), estão estabelecidos cinco campos de experiências, por meio dos quais as crianças, interagindo e nas brincadeiras, possuem condições de aprender e se desenvolver:

O Eu, o Outro e o Nós

Corpo, gestos, movimentos. ...

Traços, sons, cores e formas. ...

Escuta, fala, pensamento e imaginação. ...

Espaço, tempo, quantidades, relações e transformações.

A definição e a denominação dos campos de experiências se baseiam no que dispõem as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI), em relação aos saberes e conhecimentos fundamentais a serem propiciados às crianças e associados às suas experiências.

A BNCC na Educação Infantil aborda também seis direitos de aprendizagem: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. São eles que asseguram as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a se sentirem provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural.

A partir da nova BNCC, ao invés de creche e pré-escola, existem agora três novas classificações:

Bebês: de 0 anos até 1 ano e 6 meses;

Crianças bem pequenas: de 1 ano e 7 meses até 3 anos e 11 meses;

Crianças pequenas: de 4 anos até 5 anos e 11 meses.

Cada uma dessas classificações têm objetivos de aprendizagem específicos para o desenvolvimento da criança:

Objetivos de aprendizagens e desenvolvimento para os bebês:

perceber que suas ações têm efeitos nas outras crianças e adultos;
movimentar as partes do corpo para se expressar;
explorar sons do próprio corpo e do ambiente;
reconhecer quando é chamado por seu nome e reconhecer o nome dos outros;
explorar e descobrir as propriedades de objetos e materiais.

Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para crianças bem pequenas:

demonstrar atitudes de cuidado e solidariedade durante a interação;
apropriar-se de gestos e movimentos de sua cultura e usá-los;
criar sons com diversos materiais para acompanhar ritmos musicais;
dialogar com os outros a fim de exprimir sentimentos, opiniões, etc.
explorar e descrever diferenças e semelhanças entre objetos.

Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de crianças pequenas:

demonstrar empatia pelos outros;
criar com o corpo formas variadas de expressão;
utilizar sons produzidos por materiais diversos em brincadeiras e atividades;
expressar-se por meio da linguagem oral, escrita espontânea e visual;
comparar objetos ao observar suas propriedades.

Enfim, para que o educador elabore suas práticas deve sequencialmente definir o campo de experiência a ser trabalhado, encontrar os objetivos que deseja que seus alunos alcancem e planejar as atividades a serem realizadas.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) do Centro de Educação Infantil do Bairro Progresso tem claro que a criança é um ser que está em constante aprendizado,

formulando seus conceitos e estruturando sua personalidade, construindo a sua identidade pessoal e social e ao reconhecer suas semelhanças e diferenças ela consegue perceber o outro e a si mesmo.

Por estar inserido num espaço coletivo, esse espaço torna-se um lugar privilegiado de encontro com os pares, de criação, de ressignificação e de apropriação de valores, portanto, cabe a nós educadores garantir a participação das crianças na proposição de um ambiente educativo voltado para elas, ampliando e sistematizando o conhecimento de forma a facilitar o acesso aos elementos fundamentais da cultura brasileira.

6.4 Formas de Registro

As formas de registro oficiais da escola são os diários de classe, onde consta o registro de frequência diária dos estudantes, além de atividades programadas desenvolvidas cotidianamente de acordo com o planejamento do professor e o aproveitamento dos estudantes. Utiliza-se também um caderno como diário de sala, onde são registradas as informações repassadas aos pais, além de alguns apontamentos como, por exemplo, de quem comeu, quem dormiu, se houve algum incidente durante o dia, a frequência dos estudantes, ou situações relativas ao processo de ensino-aprendizagem dos mesmos e outras informações relevantes a respeito da turma.

Neste ano de 2022 os registros de frequência e ocorrências das crianças, serão feitos também diretamente pelo sistema Educaweb.

6.5 Avaliação

A Avaliação da Educação Infantil (LDB, art. 31) deve ser desenvolvida sem o objetivo de promoção, deve ser considerada como um processo de reflexão permanente, tendo em vista que é a partir dela que o professor percebe o desenvolvimento da aprendizagem das crianças e da forma como vem desenvolvendo seu trabalho, ou seja, ela é mediadora do fazer pedagógico, num processo constante de reflexão-ação.

Dessa forma, faz-se necessário à observação e o registro constante de todos os momentos que envolvem o fazer da educação infantil: como parque, caixa de areia,

faz-de-conta, roda de conversa e higiene pessoal tendo em vista que todos os momentos da educação infantil constituem-se momento de aprendizagem, sejam estas voltadas para a formação de hábitos e atitudes ou ainda, das atividades direcionadas ao processo inicial de descoberta da leitura e da escrita e do conhecimento de mundo.

Essas observações fornecem informações relevantes sobre o desenvolvimento infantil, abordando aspectos cognitivos, afetivos, físicos e sociais, que serão registrados nos relatórios individuais a serem entregues aos pais a cada semestre.

Diariamente se abre espaço para que os professores possam relatar sobre o desenvolvimento da criança, sendo feito registro pela coordenação pedagógica para os devidos procedimentos junto aos pais e, quando necessário, se faz também encaminhamentos para especialistas como: fonoaudióloga, psicólogo, neurologista, pediatra e atendimento no AEE (Atendimento Educacional Especializado).

Sendo a avaliação instrumento de reflexão da prática, algumas ações tornam-se fundamentais para que essa reflexão ocorra de maneira coerente e significativa. Assim, a observação, o registro e a análise dos dados observados e registrados conduzem o professor a repensar sua prática e seu planejamento, com o objetivo de ampliar as oportunidades de aprendizagem e de desenvolvimento das crianças. Cabe destacar também que, para a avaliação ter caráter formativo, a comunicação entre professor, crianças e famílias precisa ser efetiva. Partilhar os registros, dialogar com as crianças ao longo do processo, de maneira a torná-la ativa e atuante, promover encontros entre a criança e o próprio conhecimento, torna de fato a avaliação um importante instrumento de formação para todos os sujeitos envolvidos.

6.6 Formação continuada

A **formação continuada** deve ser encarada como uma grande aliada dos educadores, uma vez que contribui para a evolução constante do trabalho do docente. Isso **porque** ela favorece a criação de novos ambientes de aprendizagem, dando novo significado às práticas pedagógicas.

São momentos de engajamento dos profissionais da educação em um processo de aprimoramento que lhes permitem estar continuamente bem informados e atualizados sobre as novas tendências educacionais, agregando conhecimentos que

sejam capazes de gerar transformação e impacto no contexto escolar, permitindo que se engaje em pesquisas, estudos, reflexões e se aprimorem de novas concepções, linguagens e tecnologias, para que se torne um facilitador do conhecimento e não um mero transmissor deste.

Todos os profissionais da instituição de ensino são importantes para a realização de uma Educação de qualidade, as professoras são responsáveis pela concretização do processo ensino-aprendizagem. Cada um dos demais profissionais tem um papel fundamental no processo educativo, cujo resultado não depende apenas da sala de aula, por essa razão a formação continuada é tão importante para dar suporte ao trabalho dos profissionais, sendo que é um processo permanente e constante de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade dos educadores para melhoria da qualidade do ensino. Tanta responsabilidade exige boas condições de trabalho e preparo.

Para que esse movimento aconteça, a Secretaria Municipal de Educação organizou junto ao calendário letivo, temáticas e temas transversais que serão contextualizados na formação continuada durante todo o ano e referendado no Plano de Curso e no planejamento mensal de cada unidade escolar. A formação acontece na semana de hora atividade do professor sendo organizada pela equipe gestora da escola.

Todas as temáticas propostas foram discutidas e pensadas para atender as necessidades da equipe; estimular o corpo docente; melhorar a prática pedagógica; despertar a importância e necessidade do uso das tecnologias sobre os variados temas e alinhar os objetivos da escola entre outros aspectos.

É importante ressaltar que desde a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (**BNCC**), o Brasil passou também a rediscutir a **formação** inicial e **continuada** dos professores. O documento estabeleceu competências gerais docentes e também competências específicas ligadas aos campos do conhecimento, prática e engajamento profissional.

O discurso da **BNCC** avança na articulação discursiva em defesa da qualidade da educação em torno da definição curricular para a educação básica, significando também definir o currículo da **formação** docente apontando para a centralidade da docência, como discurso presente ao longo das últimas décadas.

6.7 Reunião Pedagógica

As reuniões pedagógicas ocorrem ao longo do ano letivo conforme calendário elaborado pela Secretaria Municipal de Educação e Esporte, onde todos profissionais da unidade são convocados para tratar de assuntos administrativos e pedagógicos. Normalmente as reuniões ocorrem após o expediente. Essas reuniões são conduzidas pela equipe gestora e em determinados momentos com auxílio de formadores ou servidores da SEDUC.

6.8 Projetos desenvolvidos pela Escola

Sobre a logística dos planejamentos, de acordo com as necessidades devido a pandemia 2020, as atividades foram desenvolvidas via WhatsApp e impressas. Foi realizada uma readequação nos momentos de estudos e planejamento das aulas e reflexões sobre a práxis pedagógica.

Desde 2021 através do sistema EDUCAWEB os projetos temáticos são elaborados mensalmente, com temáticas que vem ao encontro das reais necessidades das crianças e da família.

De acordo com a BNCC, a escolha do tema e a habilidade específica a ser trabalhada deve ser prioridade para englobar com as competências gerais que a mesma propõe. É fundamental que os projetos tenham a função de dar sentido às aprendizagens e, mesmo a distância, o papel do professor continua sendo de mediador e provocador de novas possibilidades, de novos saberes.

Em cada um, há um conjunto de objetivos de aprendizagem para cada faixa etária atendida pela **educação infantil**: bebês, **crianças** bem pequenas e **crianças** pequenas. ... Para isso, é fundamental que os professores definam **projetos** que permitam a ampliação dos saberes e estimulem a curiosidade das **crianças**.

Os projetos bem elaborados proporcionam que as crianças sejam protagonistas de sua aprendizagem através de suas narrativas e expressões.

Alguns projetos desenvolvidos pelo CEI:

– Família

- Sentimentos e Emoções
- Meio Ambiente
- Cantigas
- Jogos e Brincadeiras
- Brinquedos com sucatas
- Histórias cantadas e contadas

Todos os projetos desenvolvidos despertam a curiosidade, a autonomia, a troca de conhecimentos e o prazer em conhecer, ou seja, são ações educativas ligadas por um fio condutor, que tem começo, meio e fim, contendo necessariamente um produto final. O **trabalho com projetos** é um meio pedagógico onde pode ser utilizado na **educação infantil** e gerar excelentes resultados. O **projeto** é uma forma criativa não só para as crianças mais também aos professores. Esses **projetos** ajudam as crianças a pesquisar, estudar, argumentar, **fazer** crítica, refletir e expor suas ideias.

6.9 Programas/Projetos a que a escola está vinculada

- Família e Escola em ação
- Gincana Pedagógica com a comunidade
- Horta Escolar
- ODS – Escola Sustentável
- Ação Solidária

6.10 Inclusão

A Constituição de 1988 assegurou a educação como “direito de todos e dever do Estado e da família” (artigo 205, *caput*, primeira parte), visando o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (artigo 205), pretendendo, desse modo, dar efetividade à cidadania e à dignidade humana (artigo 1º, incisos II e III), eleitos como fundamentos da República brasileira; promover o bem de todos, um dos objetivos fundamentais do Estado

brasileiro (artigo 3º, inciso IV); e garantir o direito à igualdade de todos os cidadãos (artigo 5º). A garantia do direito geral à educação figura, então, como um meio de promoção de todos esses princípios e garantias do Estado Democrático de Direito brasileiro (BRASIL, 1988).

Para reafirmar que ninguém poderá ser excluído de tais princípios e garantias, sob pena de ofensa grave à Constituição da República Federativa do Brasil, o constituinte de 1988 elegeu a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino (artigo 206, inciso I), acrescentando que “o dever do Estado com a educação será efetivado” por meio da “garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (artigo 208, inciso V) (BRASIL, 1988).

O ambiente escolar deve ser um espaço democrático, preparado para receber todos os alunos, de diferentes classes sociais, etnias e portadoras de necessidades especiais. A educação infantil representa o primeiro contato das crianças com o universo social fora de seu ambiente familiar, fase de descobertas e aprendizagens. Trabalhar a inclusão na educação infantil é tarefa de grande importância, para que isso aconteça é necessário que toda a equipe e comunidade escolar estejam preparados para apoiar e oferecer o suporte necessário para o desenvolvimento pleno da criança, pois se faz necessário que a criança aprenda e se adapte a este novo ambiente, e as pessoas com quem passara a conviver diariamente, para que posteriormente possa dar sequência em seus estudos no ensino fundamental.

Educação inclusiva é uma modalidade de educação que inclui alunos com qualquer tipo de deficiência, transtorno, ou com altas habilidades em escolas de ensino regular. De um lado estão os alunos com deficiência, que usufruem de uma escola preparada para ajudá-los com o aprendizado e do outro, os demais alunos que aprendem a conviver com as diferenças de forma natural, a desenvolver o sentido de empatia, o respeito e a paciência. A inclusão ajuda a combater o preconceito buscando o reconhecimento e a valorização das diferenças através da ênfase nas competências, capacidades e potencialidades de cada um. A educação inclusiva foi implementada pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura) no sistema de ensino brasileiro em 2003. O Plano Nacional de Educação (PNE) atual integra os alunos que antes iriam para a escola especial dentro da escola regular. De acordo com o MEC, a educação inclusiva abrange

todos os níveis de escolaridade (Educação infantil – Ensino superior) e dispõe de Atendimento Educacional Especializado (AEE) para orientar professores e alunos quanto à utilização da metodologia. A Lei nº 13.632/2018, que altera dois dispositivos da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB). Com o objetivo de deixar expresso que todo indivíduo tem o direito à educação e aprendizagem ao longo da vida como um dos princípios norteadores do ensino brasileiro assegurados pela lei 13.632/2018, também determina o dever do Estado de garantir a educação especial na primeira infância (zero a seis anos) se estenda ao longo da vida para as pessoas com deficiência, em todos os níveis e modalidades de ensino. Segundo o art. 58 da Lei de diretrizes e bases da educação nacional, nº 9394 de 20 de dezembro de 1996; “entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de Educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.” Alunos com dificuldades escolares necessitam de educação, atenção e ensino diferenciados para que possam desenvolver suas habilidades, desta forma, uma orientação pedagógica utilizada como alicerce e o trabalho do professor adequado à realidade de seus alunos, permite que o processo ensino aprendizagem se efetive na sala de aula. O público-alvo do Plano Nacional de Educação (PNE) no que diz respeito à educação inclusiva, são alunos com deficiência (intelectual, física, auditiva, visual e múltipla), com transtorno do espectro autista e com altas habilidades (superdotados). A rede regular de ensino deve oferecer educação especial para qualquer aluno com deficiência. Esse processo exige mudanças na maneira de conduzir as aulas e também no modo de se relacionar com as turmas e famílias. Em outras palavras, é preciso preparo por parte dos educadores e profissionais envolvidos na gestão escolar. Quando houver necessidade, algumas adaptações curriculares e estruturais que permitam a acessibilidade estabelecidas em lei, deverão ser feitas tais como: adaptar o Projeto Político Pedagógico, rever posturas, conceitos, e avaliação, são algumas alternativas para atender adequadamente estes alunos garantindo que eles consigam assimilar os conteúdos assim também como adequação estrutural garantindo espaços seguros para o desenvolvimento da autonomia. Quanto aos alunos diagnosticados com laudo comprovando deficiência ou transtornos, estes por sua vez têm direito a um Professor de Apoio Especializado Educacional (PAEE). Este então realizará um trabalho de forma colaborativa com os professores articulando estratégias

pedagógicas que favoreçam o acesso do estudante aos conhecimentos e sua interação com os colegas, oportunizando autonomia e independência para que possam se compreender como seres atuantes dentro do processo ensino aprendizagem. Esta instituição procura em conjunto com a comunidade, contribuir para que os pequenos se tornem cidadãos solidários e conscientes sobre o valor das diferenças.

6.11 Educação para as Relações Étnico-Raciais

Os espaços de educação infantil são característicos pela ampliação do convívio social, que deixa de ser prioritariamente a família e estende-se aos colegas e profissionais da escola. Esse contato proporciona à criança, durante a infância, uma gama de relações sociais com seus pares e com adultos, com diferentes subjetividades, etnias, gêneros e identidades, relações essas que somam grande influência na formação de sua própria identidade e autoimagem. Se antes a criança era vista como um “adulto em miniatura”, com os estudos da sociologia da infância, a partir da década de 1990, desenvolve-se uma teoria do desenvolvimento infantil que reconceitua o lugar das crianças na sociedade, relacionando o conceito de infância com uma construção social. As análises sociológicas demonstram interesse pelas crianças por seu papel de sujeitos e atores sociais, e não mais como objetos passivos, e que devem ser analisadas por variáveis como classe social, gênero e etnia.

De acordo com Bento (2012), a formação da identidade da criança acontece por meio da socialização, e das relações estabelecidas com “o outro” é construída sua autoimagem e autoconceito, concluindo que “[...] o estágio em que está o adulto, no que diz respeito a sua identidade racial e sua percepção sobre diferenças raciais, é elemento importante no cuidado com a criança (2012, p. 112).

Segundo Abramovicz et al., a partir da análise de diversas pesquisas, crianças aos 4 anos de idade “[...] já passaram por processos de subjetivação que as levaram a concepções já tão arraigadas no nosso imaginário social sobre o branco e o negro e conseqüentemente sobre as positivities e negatividades atribuídas a um e outro grupo racial” (2010, p. 85). Torna-se evidente a importância da escola e das concepções e visão dos profissionais envolvidos com essas crianças para o reforço ou combate aos estigmas e estereótipos negativos atribuídos aos negros.

Para a promoção da autoestima da criança negra, segundo Romão (2001), é necessário que o educador compreenda os alunos como indivíduos que pertencem a culturas coletivas, mas sem deixar de observar que cada aluno possui sua individualidade dentro desta coletividade, atentando para aspectos emocionais, cognitivos, físicos e culturais.

Uma prática pedagógica que promova a autoestima necessariamente necessita estar comprometida com a promoção e com o respeito do indivíduo e suas relações coletivas. O educador que não foi preparado para lidar com a diversidade tende a padronizar o comportamento dos seus alunos (ROMÃO, 2001, p. 163).

Porém, nem sempre encontramos professores preparados para lidar com os desafios que a discriminação racial impõe em sala de aula: “[...] essa falta de preparo, que devemos considerar como reflexo do nosso mito de democracia racial, compromete, sem dúvida, o objetivo fundamental da nossa missão no processo de formação dos futuros cidadãos responsáveis de amanhã” (MUNANGA, 2005, p. 15). Uma leitura crítica pode fornecer subsídios para o debate acerca das relações étnico-raciais, principalmente no que tange à cultura africana e afro-brasileira, como forma de conscientização e respeito à diversidade.

É de extrema importância para a educação das relações étnico raciais na infância compreender a visão e percepção dos educadores em relação ao racismo e seus desdobramentos, e as concepções acerca do ensino de africanidades e do conceito de infância, e como essa visão vai ao encontro de práticas pedagógicas que contribuem para a construção da subjetividade dos alunos. A partir do levantamento das fragilidades ainda existentes, torna-se necessário a reflexão e o enfrentamento da questão, buscando mudanças positivas nas práticas destes profissionais.

7. PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DA INSTITUIÇÃO

Os planejamentos são realizados através de reunião pedagógica no início do ano letivo com todos os membros da equipe para estudo e esclarecimentos sobre o Livro Didático Integrado; planejamento de atividades paralelas a serem desenvolvidos durante

o ano; normas da escola; rotina diária; projetos paralelos as atividades; matrícula; regime de funcionamento; calendário escolar; inclusão social e enturmação.

A Educação Infantil oferecida por esta instituição está organizada e planejada em níveis, distribuídos de acordo com a faixa etária das crianças atendidas. O espaço físico oferecido às crianças, aqui matriculadas, é pensado e organizado no sentido de garantir sua segurança e proporcionar as aprendizagens necessárias ao seu desenvolvimento. No que diz respeito à relação adulto/criança buscamos desenvolver um trabalho onde efetivamente esteja presente uma relação de afetividade, de respeito mútuo, cooperação e ampliação de saberes. Sendo assim proporcionamos às nossas crianças a seguinte rotina:

Acolhimento inicial: momento onde a criança é recebida na sala de aula pela professora com livros, massa de modelar, jogos de encaixe, desenho livre, música, ou qualquer outra atividade que possibilite que as crianças se entrem, interajam e se organizem no ambiente da sala de aula.

Roda de conversa: este momento da rotina, que deve ser diário, podendo acontecer em um ou em vários momentos do dia, pode ser vivenciado de várias maneiras: momento de se contar quantas crianças vieram, de se refletir sobre como estão as condições climáticas do dia, de se combinar as atividades que serão realizadas no dia, apresentando a agenda e a rotina do mesmo; trabalhar o dia da semana, o dia do mês e etc.

Atividade específica de alguma área: atividade vinculada ao projeto didático que está sendo estudado.

Lavar as mãos (Passar álcool gel): é uma atividade cotidiana da Escola Infantil, que acontece geralmente antes do lanche, e que precisa ser trabalhada como um hábito de higiene bastante saudável.

Lanche: este momento deve ser aproveitado pelas professoras para trabalhar alguns procedimentos e atitudes, como comer de boca fechada, valorizar os alimentos pelo potencial de nutrientes e vitaminas que eles trazem e etc.

Parque: momento riquíssimo da rotina da escola infantil, por promover a brincadeira livre, tão essencial para o desenvolvimento infantil. É também um momento de observação muito rico para o professor, onde o mesmo pode ver o comportamento,

os procedimentos e as atitudes dos seus alunos, em um espaço mais amplo, num processo de interação mais livre.

Escovação de dentes: Outro momento de cuidado e higiene da rotina, que deve ser bem aproveitado, no sentido de informar e formar o indivíduo, para que ele se proteja e se previna contra futuros problemas bucais.

Atividades recreativas de expressão corporal: estimulam o desenvolvimento motor, a interação, a lateralidade e etc.

Momento da arte: atividades com pintura, escultura. (Podem acontecer de 1 a 2 vezes por semana).

Momento do vídeo: acontece semanalmente, onde as crianças têm a oportunidade de assistir a um filme, como forma de lazer e entretenimento, ou como forma de trabalhar um conteúdo com este recurso a mais.

Contação de histórias: outro momento muito rico e indispensável na escola infantil, onde a criança amplia seus horizontes e tem acesso a linguagem oral e escrita. Deve ser diário.

Sendo assim buscamos um trabalho pedagógico voltado para atividades de socialização, recreação e ampliação das experiências infantis.

7.1 Prioridades

Podemos abordar as seguintes dificuldades: A escola não é adaptada a receber crianças com necessidades especiais, pois não possui rampas e nem banheiros adequados à lei de acessibilidade; a escola também necessita de um data show.

7.2 Objetivos

O nosso objetivo enquanto escola de educação infantil é proporcionar às crianças situações prazerosas de descobertas e aprendizagens, com atenção especial a sua integração ao ambiente escolar.

Desenvolvemos nossas atividades pedagógicas de segunda a sexta feira, das 07h às 18h00min (administrativo e para alunos do período integral) e das 13:30h às

17h30min (para os alunos do período vespertino), oferecendo condições e recursos para que as crianças desfrutem de seus direitos civis, humanos e sociais.

Desenvolvemos também projetos complementares ao LDI – Livro Didático Integrado, com objetivo de despertar a consciência crítica, ampliar o repertório cultural e a visão de mundo, garantindo uma formação sólida e integral a todas as crianças. São eles: Páscoa, Festa Junina, Independência do Brasil, Semana da Criança, Dia da Família na Escola, Contação de história, Mostra de Educação Infantil, Encerramento do ano letivo e Formatura do Pré-Escolar.

A participação em todos os níveis do processo educacional garantirá que a apreensão de outros conteúdos culturais se faça a partir dos valores próprios dessa comunidade. Essa participação se efetivará através da integração do processo educacional às demais dimensões da vida comunitária e da geração e operacionalização de situações de aprendizagem com base no repertório cultural. (HORA, 1997, p. 21).

O Centro de Educação Infantil Bairro Progresso possibilita um espaço educativo onde a criança é cuidada, educada, amada, alicerce do processo educativo global envolvendo o CUIDAR e EDUCAR, na perspectiva de ser um espaço de descobertas, construção de conceitos, desenvolvimento de potencialidades e autonomia para vida.

7.3 Metas

Tornar a escola um espaço real de formação da identidade da criança; Oportunizar relações interpessoais (afetividade) entre adultos e crianças; Respeitar as diferenças dos portadores de deficiência; Zelar pela integridade física e mental da criança; Incentivar no despertar das potencialidades das crianças; Estabelecer vínculo família e escola.

7.4 Previsão e Provisão de Recursos

Os recursos administrados pela escola são oriundos de alguns programas e com destinação específica as quais seguem os critérios preestabelecidos pelos respectivos

programas. Os recursos arrecadados pela própria escola através de rifas, festas e promoções são destinados à compra de materiais didáticos e pedagógicos e outros materiais que venham a acrescentar na melhoria da rotina de nossas crianças, sendo que a equipe escolar define o que é prioridade para ser adquirido.

A Prefeitura Municipal de Laguna – Secretaria de Educação fornece os recursos humanos, gêneros alimentícios, manutenção e aluguel do prédio e parte do material pedagógico.

O PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) consiste na assistência financeira às escolas públicas da educação básica das redes municipais, estaduais e do Distrito federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos. O objetivo desses recursos é a melhoria da infraestrutura da parte física da escola, favorecendo também o setor pedagógico, o reforço da autogestão escolar e a elevação dos índices de desempenho da educação básica.

Os recursos do Programa são transferidos de acordo com o número de alunos, de acordo com o censo escolar do ano anterior ao repasse. O dinheiro pode ser utilizado, respeitadas as categorias econômicas de custeio e capital nas seguintes finalidades: aquisição de material permanente; manutenção e conservação de pequenos reparos da unidade escolar; capacitação e aperfeiçoamento de profissionais; implementação de projetos pedagógicos e desenvolvimento de atividades educacionais. A utilização desses recursos decorre de decisões democráticas advindas da APP (Associação de Pais e Professores) juntamente com a comunidade escolar e de acordo com as reais necessidades da escola.

8. AVALIAÇÃO DO PPP

O Projeto Político Pedagógico deve ser uma referência para o trabalho docente. Por isso, ele precisa ser incorporado pelos profissionais como prática pedagógica. E isso torna necessária a avaliação sobre o mesmo constante.

Como o próprio nome diz, trata-se de um projeto que se pretende construir. Reúne um conjunto de objetivos que a comunidade escolar deseja alcançar. Para isso, é necessário estabelecer as estratégias para que seja possível construir esse projeto e

alcançar os objetivos. E no decorrer do processo, é indispensável que a comunidade escolar avalie se as estratégias adotadas estão contribuindo e se os objetivos estão sendo alcançados.

Dessa forma, os profissionais do Centro de Educação Infantil Bairro progresso devem avaliar constantemente o processo de implantação do PPP, nos espaços de discussão como reuniões pedagógicas e planejamento. Além disso, anualmente, nos primeiros trinta dias letivos do ano, a comunidade escolar deve ser reunida em Assembleia Geral para discutir e deliberar acerca de atualizações e do processo de implementação do PPP. Nesse caso, as atualizações não devem alterar a essência do Projeto Político Pedagógico, mas apenas os dados dos estudantes, organização de horários, quadro de funcionários, entre outros dados.

Fica estabelecido ainda, que após a conclusão da reescrita do PPP, a direção da instituição deve promover junto a comunidade escolar, a cada cinco anos, debates e se necessário a revisão da redação de seu projeto, podendo num ciclo quinquenal discutir e, se a comunidade escolar considerar necessário, alterar questões centrais do PPP como concepção de avaliação e de escola.

9. APÊNDICES

9.1 Plano de Gestão da Direção

O plano de gestão de 2022 está em desenvolvimento até a presente data .

9.2 Dimensão Pedagógica

Assim como afirma a resolução de 5 de dezembro de 2009 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - esse Centro Municipal de Educação Infantil entende que a Educação Infantil é uma modalidade da educação básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Sendo assim, a Educação Infantil tem a especificidade de proporcionar às crianças as primeiras experiências e vivências fora do espaço doméstico e do aconchego familiar.

É importante destacar que a Educação Infantil tem por base legal alguns documentos específicos como: a Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei nº 8069/90, o Plano Nacional de Educação 2014, o documento de Política Nacional de Educação Infantil 2006 elaborado pelo COEDI/MEC, os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil Volume 1 e 2 de 2006, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394), de 20 de dezembro de 1996, Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil de 2010, o Projeto Político Pedagógico do Centro e a BNCC.

Esses documentos e outros têm por finalidade orientar os profissionais que atuam nessa modalidade de ensino sobre o currículo, funcionamento e legislação da Educação Infantil. O currículo da Educação Infantil é “o conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral [...]” das crianças, (DCNEI, 2009, p.12).

As práticas pedagógicas na educação infantil, de acordo com as Diretrizes, devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira. Quando a criança chega ao CEI, esse universo se amplia e as interações se intensificam. A partir disso, a professora privilegia os momentos de interação nos espaços da instituição, os quais acontecem quando os pares encontram-se. Isto é, encontro entre criança e professores, crianças da mesma idade e/ou de idades diferentes, com professoras de outras salas, com outros profissionais da Instituição, com membros das famílias, com a comunidade.

A brincadeira é uma atividade privilegiada, cujas interações possibilitam a construção de significados compartilhados, faz parte do processo de desenvolvimento na infância. Dessa forma, crianças produzem cultura quando brincam.

O brincar e a brincadeira emergem como uma das práticas culturais mais constantes na infância, é sempre uma experiência transformativa, que consome um espaço e um tempo e é intensamente real para a criança. As brincadeiras acontecem diariamente de diversas formas e com diferentes parceiros nos diferentes espaços e com os diversos materiais e brinquedos. Constroem conhecimento e desenvolvem a imaginação, a criatividade, as capacidades emocionais, motoras, cognitivas e relacionais. Exploram todos os espaços, materiais, movimentos e brinquedos assim como elementos da natureza, ampliando seu conhecimento de mundo.

O currículo é o caminho a ser planejado sendo o coração que entrelaça o pensar e o fazer pedagógico, fundamentado na concepção que temos de criança, infância, educação e de mundo. Nessa perspectiva, o sentimento de infância é algo que caracteriza a criança, a sua essência enquanto ser, o seu modo de agir e pensar, que se diferencia do adulto, e, portanto, merece um olhar específico.

A Proposta Curricular de Santa Catarina diz que a educação integral na perspectiva histórico-cultural, torna-se evidente a busca por uma formação que considere a emancipação, a autonomia e a liberdade como pressupostos para uma cidadania ativa e crítica, que possibilite o desenvolvimento humano pleno e a apropriação crítica do conhecimento e da cultura. Nessa perspectiva, a apropriação do conhecimento e da cultura são adquiridas nas vivências e experiências, que são contempladas nos projetos, no planejamento e na rotina.

Os projetos abrem uma rede de possibilidades de experiências com as quais a criança vai se apropriando de sua cultura e do legado deixado pela humanidade e assim vai criando hipóteses sobre o mundo que a cerca. Os projetos partem do interesse das crianças ou da intencionalidade do mediador pedagógico de resolver uma situação problema. O brincar nos espaços de educação da criança de 0 a 5 anos é o núcleo em torno do qual se organiza o cotidiano. Esse cotidiano, historicamente organizado como categoria pedagógica, segundo Barbosa (2006), é denominado de Rotina que é uma categoria pedagógica específica do currículo da Educação Infantil, que deve ser sistematizada. Assim, pensamos, planejamos e organizamos o tempo, espaço e os materiais para o dia a dia com as crianças pequenas.

A partir da promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil em 2010, as instituições que atendem às crianças de 0 a 5 anos encontram parâmetros para estruturar o cotidiano, apontando experiências e vivências de aprendizagem, como também o entendimento de que as práticas pedagógicas devem ser intencionalmente planejadas e avaliadas. Os profissionais da educação infantil, ao iniciarem os trabalhos, observam e percebem a criança, centro do planejamento curricular, como sujeito histórico e de direitos que se desenvolve nas interações, relações e práticas cotidianas a ela disponibilizadas e por ela estabelecidas com adultos e crianças de diferentes idades nos grupos e contextos culturais nos quais se insere.

A documentação pedagógica é um conjunto de ferramentas que auxiliam o educador a registrar a trajetória do seu grupo de crianças de forma coletiva e individual. Cada educador ao longo de sua história como profissional vai desenvolvendo e criando inúmeras formas de registrar o processo de aprendizagem. No entanto, são seguidas as orientações da Secretaria Municipal de Educação para a documentação pedagógica que tem três pilares fundamentais: Planejamento: Observar as crianças nas interações com os outros e nos espaços durante a rotina e as brincadeiras. Assim vamos obtendo elementos para nortear a nossa prática valendo-se dessas observações além de leituras sobre as especificidades da faixa etária na qual cada um atua para intencionalizar as ações com as crianças. Registro: O registro acontece durante o processo, onde construímos uma memória sobre o grupo e sobre cada criança, utilizando diversos recursos como mídia, relatórios, portfólios, murais, exposição etc.

Avaliação: A avaliação serve tanto para refletir o desenvolvimento das crianças como a prática de cada educador. É também uma forma de registro resumida sobre o cotidiano da criança, além de relatar as experiências mais significativas vivenciadas por ela durante o semestre. Sendo um documento oficial de comunicação com os pais. A Avaliação é descritiva, feita duas vezes ao ano. Em julho é entregue aos pais em uma reunião individual e no final do ano é entregue pessoalmente, mas, sem reunião. Assim como a legislação assegura, em seu artigo 10, este relatório/avaliação não tem o objetivo de preparar, de classificar, de dar nota, de reprovar ou de aprovar. Esse modo de avaliar o processo respeita às formas como as crianças vivenciam o mundo, constroem conhecimentos, manifestam-se em diferentes linguagens e interação, serve de referência para tomada de decisões em relação aos fins educacionais e métodos de trabalho. Para tanto, a primeira ação do/a profissional da Educação Infantil em direção ao ato de avaliar é o acolhimento para consigo mesmo.

Quais são minhas dificuldades? Onde acredito que se ancoram meus valores e minhas crenças? Como percebo minha prática pedagógica? O segundo passo é acolher a criança. Acolhendo a criança em sua peculiar forma de se relacionar com o mundo e atribuir sentido às suas experiências, o/a professor/a próprio terá caminhado muito em direção ao seu fazer pedagógico e sua prática.

No início do ano letivo, os professores e demais funcionários participam de uma reunião pedagógica, para organizar e sistematizar as práticas pedagógicas coletivas. Ao

longo do ano, conforme as necessidades são realizadas mais reuniões, assim como, grupos de estudo. Os pais, professores e demais funcionários também fazem uma reunião no início do ano, a mesma se dá em dois momentos, no primeiro, com todos os pais reunidos ocorre a fala da Diretora, em seguida todos são direcionados para a sala de seu filho (a) com o objetivo de conversar com a professora. A APP se reúne sempre que necessário.

Os pais e a comunidade têm acesso às vivências e experiências das crianças através do Facebook do CEI, na mostra de trabalho que ocorre uma vez ao ano e na avaliação descritiva. O processo de matrícula ocorre da seguinte forma: ao ser informado da existência de uma vaga, a família tem que ir até a SEDUC pessoalmente para receber as orientações sobre a documentação, após isso ele é encaminhado para ir até a instituição para realizar o cadastro de matrícula e efetivação da matrícula.

9.3 Dimensão Administrativa

A equipe gestora da unidade é composta por uma diretora e supervisora responsáveis por dirigir e conciliar as demandas administrativas, financeiras e pedagógicas da instituição, em parceria com uma especialista em assuntos educacionais, que realiza trabalhos de assessoria pedagógica aos professores, atendimento aos alunos e famílias.

O atendimento aos pais acontece com eficácia e clareza, primando por princípios de ética, cordialidade e competência, em livre demanda ou com horários previamente agendados com a diretora, a supervisora e/ou juntamente com a professora nos dias de hora atividade da mesma, salvo em situações onde a família solicita urgência.

Ao final de cada ano, será enviado aos pais uma avaliação institucional onde as famílias têm a oportunidade de sugerir novas ações, bem como propor mudanças nas mais diversas áreas que sentirem necessidade, e avaliar todos os setores da instituição, também será disponibilizado aos funcionários um formulário onde todos podem colocar as metas que consideram necessárias para o ano seguinte. Estas metas são avaliadas pelos demais funcionários e APP.

Os pais têm participação nas ações da unidade através da associação de pais e professores, que se reúnem para deliberar sobre as demandas financeiras e administrativas. A comunidade local tem participação nas atividades, através de eventos como ação solidária, dia da família e mostra de trabalhos pedagógicos.

9.4 Dimensão Financeira

Os recursos financeiros da instituição provêm de quatro instâncias: Federal, Municipal, recursos próprios através de projetos e doações.

Do Governo Federal recebe o PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), os recursos recebidos deste programa são aplicados conforme regulamentação do programa: cinquenta por cento em custeio e outro cinquenta por cento em capital e realizada prestação de contas em formulários específicos. A unidade mantenedora recebe bimestralmente verbas por meio da Descentralização Financeira. Os recursos oriundos da descentralização financeira são aplicados de acordo com a legislação do programa, ou seja, deve ser utilizado somente para manutenção da instituição.

Os recursos da APP, doações são aplicados conforme preconiza o estatuto da Associação de Pais e Professores que orienta que sejam aplicados cinquenta por cento da arrecadação diretamente para benefício da criança e outro cinquenta por cento em manutenção e estrutura em geral. Salvo em caso de necessidade maior os percentuais são alterados mediante aprovação da APP e Conselho Escolar.

Os recursos provenientes de projetos, a instituição utiliza deste para realizar manutenções diárias que se demandam.

O CEI também promove eventos com a finalidade de integrar as famílias e arrecadar verbas para execução do plano de metas da instituição.

9.5 Instrumentos de Avaliação e Registros

Há de se reconhecer que a avaliação é um importante e imprescindível instrumento de gestão. Portanto este plano será avaliado continuamente através de observações, também com a avaliação através de formulários realizados pelos demais funcionários e com o auxílio dos pais/famílias. Este resultado servirá para identificar

possíveis questões a serem reformuladas ou adaptadas visto que o plano é mutável. Desta maneira a gestão democrática estará presente nas futuras propostas que impulsionarão a ação para promover os resultados desejados.

10. REGIMENTO INTERNO

Desenvolvemos nossas atividades pedagógicas e administrativas de segunda a sexta feira, das 07h:00min às 18h00min, atendendo o calendário escolar que é elaborado pela Secretaria Municipal de Educação a qual fixa início e término do ano letivo, período de matrículas, datas de reuniões, comemorações escolares, período de férias no mês de julho e um recesso no mês de dezembro, retornando sempre no mês de fevereiro do ano seguinte.

A matrícula tem como objetivo garantir a oferta e o acesso à Educação Básica, nas etapas: Educação Infantil e Ensino Fundamental, para tanto criou-se uma portaria nº 02/2021 dispõe sobre as inscrições, matrículas, rematrículas e transferências das crianças/estudantes da Rede Municipal de Ensino de Laguna/SC para o ano letivo de 2022.

Desta forma conforme a portaria 02/2021:

Para efetuar a matrícula é necessário: (online e presencial)

- 1 – Carteira de identidade com foto e CPF do responsável legal;
- 2 – Comprovante de residência da criança, atualizado até 3 (três) meses anteriores à inscrição;
- 3 – Certidão de Nascimento do aluno com CPF;
- 4 - Carteira ou comprovante de trabalho (apenas quando a vaga for selecionada para uma unidade de ensino próxima do trabalho do responsável);
- 5 - Documento de identidade com foto (quando houver);
- 6 - Cartão do SUS da criança (quando houver)
- 7 - Laudo médico emitido a partir de janeiro de 2020 (em caso de crianças com deficiência).

As inscrições para oferta de vagas para as turmas de Maternais acontecem via endereço eletrônico disponível no site municipal de Laguna, mediante preenchimento de um cadastro ao qual posteriormente é feito uma seleção de vagas

através de alguns critérios: zoneamento, idade, carga horária pretendida, local de trabalho entre outros. A escola só recebe os alunos selecionados pela Secretaria de Educação portando um encaminhamento contendo a turma a qual foi inserido, para assim ser cadastrado no Sistema EDUCAWEB.

As inscrições para oferta de vagas as turmas de Pré acontecem na instituição de ensino, mediante a apresentação de documento portados por um responsável legal e assim havendo a vaga, essa é ofertada e cadastrada no Sistema EDUCAWEB, e então esses passam a fazer parte oficialmente da Rede Municipal de Ensino como também de todos sistemas educacionais existentes como Censo Escolar.

A Resolução Nº 03 de 08 de 10 de 2007 fixa normas para consolidação e enturmação de alunos nas unidades escolares da rede municipal de ensino, onde os critérios para organização das turmas se constitui da seguinte forma:

02 a 03 anos – 10 (dez) crianças (01 professor)

03 a 04 anos – 13(treze) crianças (01 professor)

04 a 05 anos – 14 (quatorze) crianças (01 professor)

05 a 06 anos - 20 (vinte) crianças (01 professor)

Essa resolução estará sujeita a alterações no decorrer do ano corrente.

10.1 Responsabilidade da família e da comunidade na unidade escolar

Segundo orientação descrita na Diretriz Curricular Municipal, atualmente se considera fundamental a participação da família e da comunidade na Unidade Escolar, porque a qualidade e o sucesso do desenvolvimento da criança, físico, psicológico, social e cognitivo, está estreitamente vinculado à parceria estabelecida com a família.

Tudo começa no primeiro encontro, no ato da matrícula com preenchimento de dados do sistema coletando informações básicas, mas muito importante para saber a rotina da criança: como se alimentar, se necessita de atendimento especial ou faz uso de medicações e alergias. No dia a dia a interação ocorre na porta, com pequenos recados, trocas de informações sobre o dia e a noite, alimentação, indisposições, descobertas, falas, tristezas e alegrias do dia a dia. Encontros rápidos, mas diários.

Está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que a Unidade Escolar tem a responsabilidade de explicar, apresentar para os pais as ações

pedagógicas, através do Projeto Pedagógico partindo de uma concepção de educação construída no coletivo.

De acordo com um dos redatores do Estatuto da Criança e do Adolescente, Antônio Carlos Gomes da Costa, "Quando o assunto é aprendizagem, o papel de cada um está bem claro - da escola, ensinar e dos pais, acompanhar e fazer sugestões".

Os pais ou responsáveis pela criança, ficam cientes das normas gerais do C.E.I. ao assinar a matrícula comprometendo-se no período em que a criança frequentar a instituição cumprir os itens nela mencionados.

As normas gerais do C.E.I. foram estabelecidas em conjunto com todos os funcionários e apresentadas aos pais em reuniões. Os pais ou responsáveis devem ficar cientes destas normas e cumpri-las eficientemente, para que o andamento do C.E.I. não seja prejudicado.

Portanto, no ato da matrícula o responsável pela criança fica ciente e compromete-se de no período em que criança frequentar a instituição de cumprir os seguintes itens (normas):

Lembrando que:

- 1- Fica estabelecido que a escola funcionará no das 07h:00min às 18h00min (Administrativo e para os alunos do período integral), para alunos do período matutino, Maternal das 7h:00min às 12h:30min, Pré das 08:00 às 12h00min, para alunos do período vespertino, Maternal da 12h30min às 18h:00min e Pré de 13h:30min às 17h:30min.
- 2- Especificando o horário de entrada:
- 3- Maternal matutino: Entrada, das 7h às 8h, saída, das 12h às 12h30min.
- 4- Maternal Vespertino: Entradas, das 13h às 13h30min, saída das 17h às 18h.
- 5- Pré matutino: Entrada, das 8h às 8h15min, saída das 11h45min às 12h.
- 6- Pré vespertino: Entrada, das 13h30min às 13h45min, saída, das 17h15min às 17h30min.
- 7- Os pais deverão participar de todas as reuniões quando convocados pela equipe pedagógica.

- 8- Os pais ou responsáveis deverão justificar a ausência dos seus filhos sempre que possível, procurando a escola ou entrando em contato pelo telefone 48-36473046, nos grupos de pais no whatsapp.
- 9- Os pais ou responsáveis devem atender com prontidão ao chamado da equipe pedagógica, quando necessário se fizer.
- 10- Caso necessite pegar a criança mais cedo, procure primeiramente a secretaria da escola.
- 11- A criança que for integral não poderá frequentar somente um período sem apresentar um atestado médico justificando a entrada tardia.
- 12- A criança não pode permanecer na escola com doenças e pragas contagiosas (sarampo, catapora, caxumba, virose, covid-1, sintomas gripais, piolho, bicho de pé, conjuntivite e etc.).
- 13- A higiene e a saúde das crianças são de responsabilidade dos pais (banho, roupas limpas, unhas cortadas e limpas, etc.)
- 14- Qualquer problema ou mal-entendido ocorrido em sala de aula, os pais deverão procurar a equipe pedagógica e professores para solucionar o ocorrido.
- 15- Não é permitido os professores darem medicações às crianças mesmo com receita médica. Os pais poderão vir até a escola para medicar seu filho, mas de preferência que a medicação seja efetuada no horário que a criança esteja em casa.
- 16- A higiene e a saúde das crianças são de responsabilidade dos pais (banho, piolho, bicho de pé, etc.)
- 17- Trazer sempre na mochila uma roupinha reservada para os imprevistos.
- 18- Todas as sextas feiras é dia de brinquedo. A criança poderá trazer o seu brinquedo menos se este for peluciado, mas a escola não se responsabiliza pelo mesmo.
- 19- Nas sextas feiras as crianças levarão tarefinha para casa e é de responsabilidade dos pais auxiliar na execução do proposto e devolver o caderno na segunda feira.
- 20- Nas sextas feiras as crianças do período integral levarão para casa suas roupas de cama e toalhas, que são de uso pessoal, e é de responsabilidade dos pais devolvê-las na segunda-feira limpas.

- 21- É de extrema importância que os pais olhem na mochila se foi a agenda de seu filho(a) com algum comunicado da escola, sendo necessário ler, assinar e colocar novamente na mochila para retornar a escola.
- 22- É proibido trazer lanche de casa, a não ser quando a escola autorizar através de comunicado, haja vista que o lanche servido pela escola é nutricional e saboroso.
- 23- Colaborar com a conservação do pátio, não jogar lixo, não entrar fumando, não trazer cachorros ou outros animais de estimação para o pátio da instituição.

10.2 Responsabilidade do corpo docente e funcionários em geral.

É dever dos professores e demais funcionários respeitar e fazer cumprir as determinações prescritas no calendário escolar e solicitação da Direção:

- Participar de atos cívicos, formaturas, festas escolares, reuniões pedagógicas e administrativas, planejamento na hora atividade;
- Cumprir horário regulamentar de trabalho;
- Justificar faltas através de atestado médico até 48 horas;
- Justificar entradas tardias e saídas cedo;
- Declarações de exames, levar até o RH;
- Solicitar dispensa da Direção quando necessário.

Não é permitido para alunos, professores e demais funcionários:

- O uso de cigarros, charutos ou similares na área da escola (Normativa 03/2021);
- Dar informação a respeito da vida do aluno por telefone ou pessoalmente para pessoas que não sejam da família;
- Permitir a entrada de pessoas que utilizam a escola como “ponto de venda” de diversas mercadorias (lanches, bijuterias, sacoleiras);
- O uso de roupas inadequadas para o ambiente escolar;
- Trazer filhos ou parentes para permanecerem no CEI durante o expediente escolar;
- O uso de aparelho celular ou aparelhos eletrônicos em sala de aula (Normativa 02/2021).

Pela inobservância dos deveres previstos nesta normativa que consta no PPP e, conforme a gravidade ou reiteração das faltas e infrações serão aplicadas aos Professores e demais funcionários as seguintes medidas disciplinares:

I – Advertência verbal;

II - Advertência escrita;

III – Comunicação por escrito a SEDUC (Secretaria Municipal de Educação);

IV – Aplicada na avaliação funcional.

A aplicação da medida de advertência verbal e escrita será executada pela equipe gestora.

REFERÊNCIAS

BRASIL, MEC. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Conhecimento de Mundo, Volume 3, 1998.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. nº 9.394 de 1996. Disposições Constitucionais, Lei nº 9.424 de 24 de Dezembro de 1996, Brasília, DF. 1998.

BRASIL, Ministério da Educação. **Política nacional de educação infantil**: pelos direitos das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília: SEB, 2006.

_____. Referencial curricular nacional para a educação. Brasília: SEF, 1998. 3V.
FERREIRO. Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. 24º ed. Atualização, São Paulo, Cortiz, 2001.

FILIPOUSKI, A.; Marchi D. M.; Shaffer N. O. **A democracia é o princípio substantivo da gestão**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

CHARLIER, E. Formar professores para uma formação contínua articulada à prática. In: HORA, Dinair Leal da. **Gestão democrática na escola**. Campinas: Papyrus, 1997.

PERRENOUD P, et al. (Orgs.) 2001. **Formando professores profissionais**: Quais estratégias? Quais competências? 2 ed. revista. Porto Alegre: Artmed Editora. p. 94.

PÁTIO. **Como definir uma Pedagogia que oriente o trabalho em creche**. Zilma R. de Oliveira. Ano 5, nº 13, Mar/Jun de 2007

SEDUC. Secretaria de Educação e Esportes. Portaria SEDUC. Nº 02/2021. **Dispõe sobre a matrícula das crianças na educação infantil para o ano letivo de 2022 na rede municipal de ensino.**

SEDUC. Secretaria de Educação e Esportes. Portaria SEDUC. Nº 02/2021. **Estabelecem orientações quanto ao uso de meios de comunicação individual eletrônico.**

SEDUC. Secretaria de Educação e Esportes. Portaria SEDUC. Nº 02/2021. **Estabelecem a proibição ao uso de cigarros, cigarrilhas, charutos ou qualquer outro tipo de produto fumígeno.**